

# Sumário

<b>Capítulo I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO FINANCEIRO .....</b>	<b>13</b>
1. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	13
2. ESTADO FEDERAL .....	19
3. INTERVENÇÃO FEDERAL E DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO .....	33
4. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA FINANCEIRA .....	36
5. CONCEITO DE DIREITO FINANCEIRO .....	40
6. PRINCÍPIOS DE DIREITO FINANCEIRO.....	46
6.1. Princípio da legalidade .....	47
6.2. Princípio da economicidade .....	58
6.3. Princípio da transparência .....	61
7. FONTES DO DIREITO FINANCEIRO.....	66
7.1. Normas gerais de direito financeiro .....	68
7.2. Lei de responsabilidade fiscal.....	71
<b>Capítulo II ► ORÇAMENTO PÚBLICO.....</b>	<b>87</b>
1. CONCEITO.....	87
2. NATUREZA JURÍDICA.....	91
3. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO .....	97
4. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	100
4.1. Princípio da exclusividade .....	101
4.2. Princípio da programação .....	103
4.3. Princípio do equilíbrio orçamentário .....	105
4.4. Princípio da anualidade.....	108
4.5. Princípio da unidade.....	110
4.6. Princípio da universalidade.....	112
4.7. Princípio da legalidade .....	114
4.8. Princípio da transparência orçamentária.....	116
4.9. Princípio da publicidade.....	121
4.10. Princípio da não afetação da receita de imposto .....	123
4.11. Princípio da especificação ou especialização .....	127
4.12. Princípio do orçamento bruto .....	128
4.13. Princípio da proibição do estorno.....	129
5. DISCIPLINA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS .....	133
5.1. Plano Plurianual .....	142
5.2. Lei de diretrizes orçamentárias .....	145
5.3. Lei orçamentária anual.....	151
6. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO .....	159
7. ORÇAMENTO IMPOSITIVO – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86/15 .....	161

<b>Capítulo III ▶ DESPESA PÚBLICA.....</b>	<b>169</b>
1. CONCEITO.....	169
2. CLASSIFICAÇÃO .....	176
3. TÉCNICA DE REALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA.....	190
4. REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS.....	194
4.1. Conceito.....	194
4.2. Disciplina constitucional.....	196
4.3. Procedimento para pagamento de precatórios.....	199
4.4. Preferências constitucionais: natureza alimentar e requisi- ção de pequeno valor .....	205
4.5. Posição do Supremo Tribunal Federal.....	208
4.6. Compensação tributária via precatórios.....	212
<b>Capítulo IV ▶ RECEITA PÚBLICA.....</b>	<b>219</b>
1. CONCEITO.....	219
2. ENTRADAS OU INGRESSOS .....	220
3. CLASSIFICAÇÃO .....	220
4. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS (IMPOSTOS, TAXAS E CON- TRIBUTIÇÕES DE MELHORIA) .....	225
4.1. Introdução .....	226
4.2. Conceito de tributo .....	228
4.3. Classificação dos tributos – Impostos e taxas.....	232
4.4. Empréstimo compulsório .....	238
4.5. Contribuições sociais ou especiais.....	240
4.6. Impostos extraordinários .....	245
4.7. Imposto de competência residual.....	245
5. DISTINÇÃO ENTRE TAXA E PREÇO PÚBLICO .....	246
<b>Capítulo V ▶ CRÉDITO PÚBLICO .....</b>	<b>251</b>
1. CONCEITO.....	251
2. DÍVIDA ATIVA.....	254
3. EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS.....	257
3.1. Classificação .....	258
3.2. Fases do empréstimo público.....	259
3.3. Condições do empréstimo público.....	259
3.4. Garantia dos empréstimos .....	260
3.5. Amortização .....	262
3.6. Conversão do empréstimo .....	263
4. ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL EM MATÉRIA FINANCEIRA .....	265
<b>Capítulo VI ▶ DÍVIDA PÚBLICA .....</b>	<b>269</b>
1. CONCEITO.....	269
2. DISCIPLINA CONSTITUCIONAL E LEGAL QUANTO AO LIMITE DE ENDIVI- DAMENTO.....	274
3. PERFIL CONSTITUCIONAL DA DÍVIDA PÚBLICA.....	279
4. CLASSIFICAÇÃO .....	281
5. EXTINÇÃO.....	282

<b>Capítulo VII ► CONTROLE DA ATIVIDADE FINANCEIRA.....</b>	<b>283</b>
1. TRIBUNAL DE CONTAS .....	283
2. FISCALIZAÇÃO – CONTROLE INTERNO .....	284
3. FISCALIZAÇÃO – CONTROLE EXTERNO.....	286
4. MODELO BRASILEIRO DE TRIBUNAL DE CONTAS.....	288
5. LIMITES DE ATUAÇÃO .....	290
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>299</b>